



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

Registro: 2019.0000035201

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189, da Comarca de Fernandópolis, em que é apelante/apelado GEAN TERRONES FERNANDES, são apelados/apelantes LÚCIO ANÍSIO PASSETI (JUSTIÇA GRATUITA), JOSE CARLOS PASSETI (JUSTIÇA GRATUITA) e MARCIO APARECIDO PASSETI (JUSTIÇA GRATUITA), Apelados ERASMO VIEIRA DE ARAUJO e PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Acolhidas parcialmente as preliminares, deram provimento em parte aos recursos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), BONILHA FILHO E VIANNA COTRIM.

São Paulo, 30 de janeiro de 2019.

Antonio Nascimento
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

1ª Vara Cível da Comarca de Fernandópolis/SP

Apelantes/Apelados: GEAN TERRONES FERNANDES, LÚCIO ANÍSIO PASSETI, JOSÉ CARLOS PASSETI E MÁRCIO APARECIDO PASSETI

Apelados: ERASMO VIEIRA DE ARAÚJO E PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES

MM. Juiz de Direito: Dr. MARCELO BONAVALONTÁ

VOTO Nº 23479

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE VEÍCULO. Responsabilidade civil subjetiva. Culpa do corréu, motorista do veículo, devidamente caracterizada. O proprietário do veículo envolvido em acidente de trânsito responde, objetiva e solidariamente, com o condutor pelos danos causados a terceiro. Danos morais majorados. Justiça gratuita. Indeferimento. Não preenchimento dos requisitos legais. Cerceamento de defesa não evidenciado PRELIMINARES PARCIALMENTE ACOLHIDAS E RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

A sentença de fls. 324/330 julgou **parcialmente procedente a ação de indenização**, decorrente de acidente de trânsito, proposta por **Lúcio Anísio Paseti, José Carlos Paseti e Márcio Aparecido Paseti** contra **Erasmoo Vieira de Araújo, Prefeitura Municipal de Fernando Prestes e Gean Terrones Fernandes**, condenando o réu, **Gean Terrones**, ao pagamento da quantia de R\$ 150.000,00, a título de indenização por danos morais, com correção monetária, a partir do desembolso e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, além do pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

Inconformadas, as partes recorrem.

O réu **Gean** recorre (fls. 334/351) sustentando, preliminarmente, necessidade de suspensão do processo até o julgamento do processo criminal. Aduz, ainda, cerceamento de defesa, pela ausência de prova pericial nos autores. No mérito, sustenta ausência de comprovação de sua responsabilidade pelo acidente. Requer a redução do valor da condenação e, ainda, honorários advocatícios sobre o valor da condenação e correção monetária e juros de mora a contar do arbitramento. Por fim, requer os benefícios da justiça gratuita.

Os autores, por sua vez, recorrem (fls. 356/365), sustentando, legitimidade passiva de **Erasmão Vieira de Araújo** e da **Prefeitura Municipal de Fernandópolis**. Requerem a majoração dos danos morais e a condenação do réu **Erasmão** por litigância de má-fé.

Recursos recebidos e bem processados.
Contrarrazões a fls. 370/375, 377/384, 387/395 e 396/397.

E o relatório.

Repele-se, inicialmente, a preliminar de cerceamento de defesa, pela ausência de perícia nos autores. O juiz é o destinatário da prova. Cabe-lhe, mercê da dicção do art. 370 do CPC, de ofício ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Logo, a iniciativa do magistrado *a quo* de prestar, definitivamente, a tutela jurisdicional, sem determinar a produção de outras provas, não consubstancia cerceamento de defesa.

Por outro lado, considerando a independência da esfera cível em relação à criminal, nos termos do art. 935 do Cód. Civil, ausente relação de prejudicialidade em relação ao processo em curso no juízo criminal, razão pela qual não há que se falar em suspensão.

No mérito, cuidam os autos de **ação de indenização por danos morais** decorrente de acidente de trânsito. Relatam os autores, em síntese, que, em 11/01/2017, seus genitores, **Aparecido Francelino Passeti** e **Maria Rosa Rapaci Passeti**, trafegavam na ambulância do Município de Fernandópolis, na Rodovia Assis Chateaubriand, Km 133+400m, no município de Olímpia/SP, vindo ela a ser abalroada pelo veículo Toyota/Hillux, de placa DNK 9788, propriedade do réu **Erasmão**, naquela ocasião sendo conduzido pelo réu **Gean**, que invadiu a pista contrária da Rodovia, vindo a colidir com o veículo em que estavam os genitores dos autores.

A controvérsia dos autos reside na aferição da culpa pelo acidente ocorrido.

Segundo descrição do acidente constante do boletim de ocorrência: “...Apurou-se no local, que houve acidente de trânsito envolvendo os veículos, acima descritos, sendo que a camionete Hillux, dirigida



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

por Gean Terrones Fernandes, vinha pela rodovia, sentido Barretos a Olímpia, e por motivos a serem esclarecidos, invadiu a faixa contrária, atingindo o veículo ambulância, que seguia por essa faixa. Do evento, resultou morte do condutor da ambulância, Leonildo, que ficou preso nas ferragens, e dos passageiros, casal Maria Rosa Rapaci Passeti e Aparecido Francelino Passeti...” (fls. 43).

Por outro lado, o laudo pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística, bem esclarece a dinâmica do acidente: “O acidente ocorreu em função do condutor do HILUX, por motivos desconhecidos, veio a adentrar para a pista contrária, dando causa ao acidente” (fls. 52/57).

O Código de Trânsito Brasileiro expressamente determina que:

Art. 28. *O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.*

Tais ditames foram desrespeitados pelo condutor da Hilux, sendo que, nessas situações, a culpa daquele que invade a contramão da via, causando acidente, é presumida:

“Acidente de trânsito – Ação indenizatória e denúncia da lide - Laudo do instituto de criminalística concludente - Presunção de culpa daquele que invade a contramão - Apelo provido em parte.”¹

¹ TJSP – 26ª Câmara de Direito Privado – Apelação nº 0003226-95.2007.8.26.0445 – Rel. Des. Vianna Cotrim – J. 25/07/2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

Portanto, resta incontroversa a culpa do corréu **Gean** pelo acidente noticiado.

Vale destacar, no que tange à responsabilidade do corréu **Erasmão Vieira de Araújo**, sua asserção no sentido de que à época dos fatos já não era mais proprietário do automóvel, uma vez que o vendera ao demandado **Gean**. Ocorre que embora seja prescindível o registro na repartição administrativa de trânsito da venda do bem, somente a prova efetiva da venda e da tradição do veículo para o comprador, que o dirigia quando do evento, é que tem o condão de excluir o vendedor da relação jurídica.

Não é esse, evidentemente, o caso dos autos. O contrato de compra e venda, bem como o documento de transferência do veículo (fls. 93/95) foram datados de 04/01/2017, ao passo em que o acidente se deu em 11/01/2017, tempo mais que suficiente para o vendedor, ao menos, ter comunicado o Detran, sobre a venda do bem. Assim, não há como comprovar, por certo, que na data do acidente **Erasmão** já não era mais proprietário do veículo, sendo que os documentos de fls. 93/95 não são suficientes, por si sós, a tal comprovação, uma vez que o reconhecimento da firma do vendedor no documento de transferência somente ocorreu após o acidente, em 16/01/2017.

Quanto à responsabilidade do Município de Fernandópolis, de fato, a responsabilidade objetiva administrativa (CF, art. 37, § 6º) não é absoluta, podendo ser afastada, mormente em casos de danos ocasionados por atos de terceiros, fenômenos da natureza (força maior) e culpa exclusiva da vítima. Ademais, outro fator que pode também excluir a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

responsabilidade objetiva do Estado é a falta de nexo de causalidade entre a ação ou omissão do agente, e o resultado danoso.

Assim, sem embargo de se tratar de responsabilidade objetiva do Estado, em verdade, só cabe a responsabilização do ente estatal – ou do particular que presta serviço de natureza pública –, caso esteja obrigado a impedir o dano. Assim, o ente será responsabilizado se tiver descumprido dever legal que lhe é imposto em ordem a obstar o evento lesivo, o que não ocorreu no caso dos autos, razão pela qual, não há mesmo que se falar em legitimidade passiva do Município.

Indubitavelmente, a perda trágica de um ente querido, notadamente aquele com quem existe proximidade de parentesco, é motivo mais do que suficiente para causar dano moral. Cabe, por isso, somente fixar a quantificação da indenização relativa aos danos extrapatrimoniais, mantendo-a ou majorando-a. Quiçá a chave heurística para tanto pode ser encontrada na seguinte ementa de aresto do Superior Tribunal de Justiça:

“Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado.”²

Diante desse quadro, o valor a ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

estabelecido deve levar em conta o sofrimento da vítima, a capacidade econômica e grau de culpa do autor do dano, conforme já proclamou esta Corte.³

Neste particular, é de bom alvitre trazer ao prosclênio o magistério de **Pontes de Miranda**:

“Se o dano moral não é avaliável com exatidão, a lei há de estabelecer o que parece aproximadamente indenizatório, ou o tem de determinar o juiz, que não o faz discricionariamente, mas sim dentro do que as circunstâncias objetivas e subjetivas lhe traçam como razoável.

a) A gravidade objetiva do dano vem em primeiro plano. O ferimento é grave conforme se mostra no presente e conforme a previsão médica, que pode ser condicionada a imediatos ou mediatos tratamentos. A permanência em leito ou hospital, ou o ficar inibido de andar, ou de ir ao trabalho, é elemento de medida de gravidade objetiva.

b) Elemento para apreciação do dano em sua importância está na pessoa do ofendido (situação social, situação familiar, renda do trabalho; receptividade individual do lesado, o que se manifesta, por exemplo, na morte do filho por colisão de automóveis, ou assassinio; situação profissional, como se dá em caso de ofensa a juiz, ou a árbitro).

c) A fortuna do ofensor é levada em consideração, por exemplo, no caso de dote. Discute-se se também há de ser atendida a fortuna da ofendida. A solução é afirmativa (cp.

3 TJSP – 34ª Câmara de Direito Privado – Apelação Com Revisão nº 0040085-97.2001.8.26.0000 – Rel. Des. **Nestor Duarte** – J. 17/05/2006.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

François Givord, La Reparation du prejudice moral, 231).

d) Outro elemento é a gravidade da culpa.”⁴

Dessa forma, mostra-se adequada a majoração dos danos morais, para R\$ 200.000,00, pois servirá de conforto à parte ofendida, não se revelando exagerado ou desproporcional às peculiaridades da espécie. Sobre aquela importância incidirá correção moratória a contar do arbitramento (Súmula 362 do E. STJ) e juros de mora, estes contados do evento danoso (STJ, Súmula 54).

Desta forma, a r. sentença deve ser reformada, para o fim de condenar os réus **Gean** e **Erasmus**, solidariamente, ao pagamento de indenização aos autores, no valor de R\$ 200.000,00, atualizado monetariamente a partir da publicação do acórdão e com juros de mora de 1% a contar da citação, além do pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação, já considerados os honorários recursais.

Analisa-se, então, o pedido de concessão da gratuidade judiciária ao réu **Gean**, a teor do disposto no art. 99, § 7º, do CPC, mas a ele se nega acolhimento. Com efeito, os argumentos do apelante não autorizam a concessão da assistência judiciária, a qual, não custa lembrar, é destinada apenas aos que efetivamente não têm condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo de sua subsistência ou manutenção. E, de fato, prova nessa direção não há nos autos.

⁴ MIRANDA, Francisco C. Pontes de. *Tratado de direito privado*. Campinas: Borsoi, 1967, t. LIV, p. 291 e 292.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1003064-26.2017.8.26.0189

Caberá ao apelante, assim, providenciar o recolhimento das custas de preparo, sob pena de inclusão na dívida ativa.

Mantida no mais a r. sentença.

Anote-se, também, não há se falar em litigância de má-fé, porque não protagonizadas as hipóteses do art. 80 do CPC.

Postas essas premissas, **acolhem-se parcialmente** as preliminares e **dá-se parcial provimento** aos recursos, nos termos acima expostos.

Antonio (Benedito do) **Nascimento**
RELATOR